

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 14 a 18 de julho de 2025, em Brasília.

TARIFAÇÃO DE TRUMP, IOF & ESFORÇO CONCENTRADO NA CÂMARA ANTES DO RECESSO

A semana passada foi marcada por forte reação à decisão do governo dos Estados Unidos de aplicar uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros. Em resposta, o presidente Lula criou um comitê interministerial para coordenar uma estratégia de enfrentamento, que inclui o diálogo direto com empresários dos setores afetados. Para reforçar a posição do Brasil, o Executivo deve regulamentar nos próximos dias a Lei da Reciprocidade, que autoriza a adoção de medidas diante de ações unilaterais que prejudiquem a competitividade internacional do país.

No Judiciário, STF realiza nesta terça (15) uma audiência de conciliação sobre os decretos que elevaram o IOF, atualmente suspensos por liminar do ministro Alexandre de Moraes. O Congresso pede que o STF reconheça a validade do decreto legislativo que suspendeu o aumento, alegando desvio de finalidade por parte do Executivo, com foco em arrecadação. O governo, por sua vez, sustenta que o ajuste visou corrigir distorções nos mercados de crédito e câmbio, dentro de sua competência regulamentar. A liminar que suspendeu os decretos presidenciais e legislativo pode ser revista após a audiência. Tanto o Planalto quanto o Parlamento defendem suas iniciativas perante o STF, dificultando uma conciliação neste momento.

No Legislativo, Câmara realiza esforço concentrado antes do recesso. A Comissão Especial do projeto de reforma do Imposto de Renda marcou para quarta (16) a deliberação. O texto do relator, deputado Arthur Lira (PP/AL), mantém a isenção para rendas até R\$ 5 mil a partir de 2026 e amplia a faixa com redução parcial do imposto, beneficiando mais contribuintes, bem como mantém a taxação de distribuição de lucros e dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais. Por outro lado, destina a arrecadação adicional esperada à compensação das perdas de receitas de Estados e Municípios e à redução da alíquota da Contribuição

sobre Bens e Serviços (CBS), novo imposto federal criado pela Reforma Tributária. A expectativa é que o projeto seja votado nesta semana pela Comissão Especial, mas fique para o início de agosto a deliberação pelo Plenário.

A Câmara também pode votar a nova lei do licenciamento ambiental. O texto retornou do Senado com emendas e está sob a relatoria do deputado Zé Vitor (PL/MG). A proposta é amplamente defendida pelo setor produtivo e deve ser aprovada, em que pese as críticas de entidades ambientalistas e do Ministério do Meio Ambiente. Após votação na Câmara, o projeto seguirá à sanção presidencial.

Ainda na Casa, novo limite de pagamento de precatórios deve ser votado. A PEC 66/2023 propõe limitar o pagamento de precatórios por Estados e Municípios a um percentual da receita corrente líquida (RCL), conforme o estoque de precatórios de cada ente, além de reabrir o parcelamento de dívidas municipais com os regimes de Previdência. Espera-se que a matéria seja votada tanto na Comissão Especial quanto no Plenário da Câmara ainda nesta semana.

Já no Senado, não haverá esforço concentrado, mas Alcolumbre agenda para agosto deliberação de indicados às agências reguladoras. Entre os dias 4 e 8 de agosto, está prevista a leitura dos relatórios nas comissões temáticas responsáveis pelas sabatinas. De 11 a 15 de agosto, haverá esforço concentrado para a realização das sabatinas e votações nas comissões e no Plenário. Diversas agências reguladoras estão enfrentando dificuldades decisórias, em função de cargos vagos na diretoria, como é o caso da Anvisa, enquanto as indicações ficaram muito tempo travadas por disputas políticas.

Nesta sexta (18), o Congresso entra em recesso branco. O período de férias dos parlamentares, de 18 a 31 de julho, será informal, em razão de ainda não ter sido aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Destaque da Semana

Segunda-
Terça

- **Programa de Qualificação em Gestão de Parques Tecnológicos (módulo 2),** realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de

Terça

Empreendimentos Inovadores (**Anprotec**), com objetivo de fortalecer o ecossistema brasileiro de inovação, capacitando profissionais e organizações para implementar as melhores práticas em seus ambientes.

- **Webinar Concurso de Inovação Industrial - BRICS 2025**, realizado pela ApexBrasil em parceria com o Centro Internacional para Cooperação Econômica e Tecnológica (**CIETC**) do Ministério da Indústria e Informações da China e pelo Centro de Inovação BRICS PartNIR (**BPIC**). O encontro tem como objetivo divulgar oportunidade para startups, empresas, universidades e centros de pesquisa brasileiros que desejam se conectar com o ecossistema de inovação dos BRICS, em particular com a China.
- **Webinário Sandbox Regulatório de Inteligência Artificial e Proteção de Dados**, realizado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**), com o objetivo de esclarecer dúvidas e orientar sobre o edital para participação em Piloto de Ambiente Regulatório Experimental (Sandbox), publicado dia 27 de junho.
- Webinário sobre **Produção de dados sobre mudanças climáticas para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** no Suriname, realizado pelo Hub Regional da ONU para Big Data no Brasil.

Quinta

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva participou, neste domingo (13), de reunião sobre últimos ajustes da regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos.

Nesta segunda (14), se reuniu com o ministro da Secretaria de Comunicação Social, **Sidônio Palmeira**, e o Secretário de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social, **Laércio Portela**. Após, teve reunião com seu chefe de Gabinete Pessoal, **Marco Aurélio Marcola**.

Pela tarde, reuniu-se com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, **Marcos Rogério de Souza**. Ainda, participou da cerimônia de assinatura de Medida Provisória que concede isenção da taxa de serviço metrológico para verificação de taxímetros. Também teve reunião com o ministro de Portos e Aeroportos, **Silvio Costa Filho**, e participou da exibição do filme O Último Azul.

Na quinta (17), deve participar do **60º Congresso Nacional da UNE**, em Goiânia (GO); e de cerimônia de anúncios e entregas do "Agora Tem Especialistas", em Juazeiro (BA). Na sexta (18), visita obras de infraestrutura, no Ceará.

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (EUA) – “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30”

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, neste domingo (13), da **inauguração do Novo Viaduto de Francisco Morato**, em São Paulo.

Também participou de reunião sobre regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos, convocada pelo presidente **Lula**.

Nesta segunda (14), reuniu-se com **Renato Casagrande**, governador do Espírito Santo (ES). Após, participou da cerimônia de assinatura de **Medida Provisória que concede isenção da taxa de serviço metrológico** para verificação de taxímetros.

Casa Civil **Agenda do ministro** – **Rui Costa** participou, neste domingo (13), da **entrega de 260 unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida** em Salvador (BA), acompanhado do governador **Jerônimo Rodrigues**.

SRI **Agenda da ministra** – **Gleisi Hoffmann** participou, neste domingo (13), de reunião sobre regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos.
Secretaria de Relações Institucionais

Secom **Agenda do ministro** – **Sidônio Cardoso Palmeira** participou, neste domingo (13), de reunião sobre regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos.
Secretaria de Comunicação Social

Nesta segunda (14), reuniu-se com o presidente **Lula** e com o Secretário de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social, **Laércio Portela**.

AGU **Agenda do ministro** – **Jorge Messias** participou, neste domingo (13), de reunião sobre regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos.
Advocacia-Geral da União

MCTI **Agenda da ministra** – **Luciana Santos** participou, neste domingo (13) e nesta segunda (14), da **77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, no Teatro do Parque, no centro do Recife (PE).
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MCom **Agenda do ministro** – **Frederico Filho** participou, nesta segunda (14), da solenidade de posse da primeira diretoria do **Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão, Jornais, Portais e Revistas do Rio Grande do Norte (Midiacom-RN)**. Em seguida, reuniu-se com a governadora do estado, **Fátima Bezerra**, e com diretores do sindicato.
Ministério das Comunicações

MEC **Agenda do ministro** – **Camilo Santana** participou, neste domingo (13), da abertura oficial da **72ª Feira da Agropecuária do Crato (Expocrato 2025)**. O governador do Ceará, **Elmano de Freitas**, também participou do evento.
Ministério da Educação

Nesta terça (15), estará em Recife, para cumprir uma série de compromissos oficiais. No início do dia, participa da **77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. Como parte da programação, fará uma conferência e visitará o Laboratório de Bioprocessos e Bioprodutos (**Nubiotec**) da UFRPE.

À tarde, visita o Hospital das Clínicas da UFPE para acompanhar o andamento das obras de ampliação e reinaugurar o Centro de Pesquisa Clínica (CPC) da unidade.

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Fernando Haddad** participou, neste domingo (13), de reunião sobre regulamentação da reciprocidade às tarifas impostas pelos Estados Unidos.

BACEN

Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Gabriel Galípolo** participou, nesta segunda (14), da recepção da **Festa Nacional da França**, em Brasília.

Agenda dos diretores – O diretor de fiscalização, **Ailton de Aquino Santos**, teve reunião, nesta segunda (14), com o CRO do Itaú Unibanco, **Matias Granata**.

Gilneu Vivan, diretor de regulação, teve reunião por videoconferência com o CEO da Associação Internacional de Mercados de Capitais (ICMA), **Bryan Pascoe**, e diretores da entidade.

Na África do Sul, o diretor de assuntos internacionais e de gestão de riscos corporativos, **Paulo Picchetti**, participou de **reunião de finanças do G20**. No Rio de Janeiro, o diretor de organização do sistema financeiro e de resolução, **Renato Gomes**, teve audiência com representantes da Samsung. Os demais diretores têm previsão de despachos internos.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2025 diminuiu para **US\$ 70,9 bilhões** de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 5,17%. No caso do PIB 2025, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em 2,23%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 15%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar diminuiu para 5,65.

MJSPMinistério da Justiça e
Segurança Pública**ANPD**Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Está prevista para sexta-feira (18) uma **Reunião Deliberativa do Conselho Diretor**, cuja pauta ainda não foi divulgada.

MREMinistério das Relações
Exteriores

Agenda do ministro – **Mauro Vieira** iniciou sua agenda, nesta segunda (14), com uma **reunião de coordenação na Embaixada do Brasil**. Às 13h00, participou de almoço de trabalho com o Tánaiste e ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio e da Defesa da Irlanda, **Simon Harris**, na Iveagh House. Às 15h30, encontrou-se com o ministro de Estado dos Transportes da Irlanda, **Sean Canney**, no Departamento de Transportes. Às 17h00, realizou telefonema com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, **Johann Wadepful**, na Embaixada do Brasil.

Agenda internacional

- ✓ Dublin (Irlanda) – visita do ministro Mauro Vieira à Irlanda, 14 e 15 de julho de 2025.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** realiza sessão deliberativa nesta segunda-feira (14/07), às 18h00, para tratar das seguintes proposições: o [REQ 4974/2024](#), que requer urgência para o [PLP 234/2024](#) (*incentivos para fomentar atividades desportivas*); o [REQ 5047/2024](#), que requer urgência para o [PL 1765/2019](#) (*renova isenção para navegação de carga no Norte e no Nordeste*); o [REQ 1785/2025](#), que requer urgência para o [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*).

Constam ainda o [PLP 41/2019](#) (*avaliação de incentivos fiscais*); o [PL 5464/2023](#) (*Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação*); e o [PL 2159/2021](#) (*Marco Legal do Licenciamento Ambiental*). Também está pautado o [PL 2767/2023](#) (*validade e pontuação máxima de programas de milhagem*); o [PL 847/2025](#) (*destinação de recursos do FNDCT*); e o [PL 4357/2023](#) (*proíbe a desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária*).

Por fim, serão apreciados o [PL 6461/2019](#) (*insitui o Estatuto do Aprendiz*); o [PL 458/2021](#) (*Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial do valor de bens móveis e imóveis*); e a [PEC 66/2023](#) (*dívida previdenciária e os precatórios dos municípios*).

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 1440/2019](#) (*Garantia Safra para municípios do semiárido do RJ*); o [PDL 261/2024](#) (*eliminação da dupla tributação entre Brasil e Polônia*); e o [PDL 479/2023](#) (*isenção de visto para estadas de curta duração na UE*).

Comissões

ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO

Imposto de Renda

Câmara | PL 1087/2025 | Quarta (16) | 09h00

Reunião Deliberativa – A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao [Projeto de Lei nº 1087/2025](#), que **altera a legislação do imposto sobre a renda** para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e cria a tributação mínima para pessoas físicas com altas rendas, realiza reunião deliberativa para apreciação do parecer do relator. A proposta, de autoria do Poder Executivo, prevê a instituição, a partir de janeiro de 2026, do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas Mínimo (IRPFM), com alíquota de 10% para rendimentos brutos superiores a R\$ 1,2 milhão e alíquota crescente de 0% a 10% para rendimentos entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão. O parecer do relator, deputado **Arthur Lira** (PP/AL), é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Câmara | CFT | Quarta (16) | 09h30

Tarifas dos Estados Unidos

Mesa Redonda – A Comissão de Finanças e Tributação (**CFT**) realiza mesa redonda para **discutir os impactos à economia brasileira decorrentes do aumento das tarifas dos Estados Unidos**. Participam representantes da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**), do Fórum das Centrais Sindicais, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (**CNA**), do Instituto Aço Brasil, da Associação Brasileira do Alumínio (**Abal**) e da Embaixada dos Estados Unidos da América.

Senado | CRE | Terça (15) | 10h00

Audiência Pública – A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (**CRE**) realiza audiência pública para **debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo dos Estados Unidos**. Participam representantes do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**), do Ministério do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços (**MDIC**), do Ministério da Agricultura e Pecuária (**MAPA**), da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (**CNA**).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Fortalecimento das Agências Reguladoras**

Câmara | CDU, CME, CSAUDE & CVT | Quarta (16) | 09h00

Audiência Pública Conjunta – As Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU), de Minas e Energia (**CME**), de Saúde (**CSAUDE**) e de Viação e Transportes (**CVT**) realizam audiência pública conjunta para **discutir mecanismos de fortalecimento das agências reguladoras**. Estão entre os convidados Verônica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (**ANA**); Adriano Pinto de Miranda, diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (**Anac**); Fernando Wandscheer de Moura Alves, diretor técnico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (**ANP**); Carla de Figueiredo Soares, diretora-presidente interina da Agência Nacional de Saúde Suplementar (**ANS**); Cristiana Camarate, conselheira-substituta da Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**); Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (**ANTAQ**); além de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**), da Agência Nacional de Mineração (**ANM**), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (**ANTT**) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**).

Política

Projetos da agenda econômica travam em meio a conflito entre governo e Congresso. Reforma da Previdência dos militares, limitação aos supersalários, punição a devedores contumazes e o novo marco das PPPs (parcerias público-privadas) e concessões são alguns dos projetos listados como prioritários na agenda econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que acabaram travados na Câmara dos Deputados ou no Senado em um semestre marcado pela rebelião de partidos da base e pela escalada na tensão entre os Poderes. O pico do conflito foi a derrubada dos decretos que mexeram no IOF, mas antes disso projetos

de interesse do governo já andavam de lado no Parlamento. A reforma da Previdência dos militares, anunciada em 2024 no pacote de corte de gastos, chegou à Câmara dos Deputados em dezembro, mas ainda não começou a andar. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Emendas crescem R\$ 170 bi em 10 anos e expõem disputa entre governo, Congresso e STF. De 2015 a 2024, as emendas parlamentares consumiram R\$ 173 bilhões a mais do que se tivessem sido corrigidas apenas pela inflação. Uma valorização que, somada ao crescente caráter impositivo de sua execução, levaram-nas ao centro de um cabo de força entre os três Poderes. Em uma atitude inédita, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), chegou a dizer em entrevista e em uma reunião fechada que o Congresso não é intocável e que aceitaria discutir um corte na carne. No STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Flávio Dino relata ações em que sinaliza estar disposto a mexer, inclusive, na obrigatoriedade da execução das emendas — movimento que, segundo parlamentares, ocorre em sintonia com o governo Lula (PT), interessado em recuperar parte da verba de investimentos hoje nas mãos do Legislativo. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Lula discute tarifaço de Trump com ministros em reunião de última hora no domingo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de reunião na noite de domingo sobre as tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, apurou o Valor. A reunião foi convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aconteceu no Palácio da Alvorada, em Brasília. Foi encerrada há instantes e não houve declarações dos presentes. Além de Haddad e Lula, participaram o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA). [Fonte:](#) Valor Econômico

Sistema de apoio ao crédito à exportação volta à pauta da CAE. Em reunião na terça-feira (15), com início às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve concluir a votação do projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro de Apoio Oficial ao Crédito à Exportação e altera o seguro de crédito à exportação ([PL 6.139/2023](#)). O texto já foi aprovado pela comissão, mas precisa de uma nova votação antes de seguir para a Câmara dos Deputados. O projeto foi apresentado pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e relatado pelo senador Fernando Farias (MDB-AL), que apresentou um texto novo. Ele regulamenta o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), que foi criado em 2012 mas ainda está inoperante — o apoio estatal à exportação hoje é feito pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). [Fonte:](#) Agência Senado

Votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias será em agosto. A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 deve ocorrer em agosto. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebeu o relatório preliminar sobre o projeto da LDO ([PLN 2/2025](#)) no dia 8 e deve votá-lo na terça-feira (15). Só depois disso o relator da matéria, o deputado federal Gervásio Maia (PSB-PB), apresentará seu relatório final — e então a CMO poderá votar a peça orçamentária. Para virar lei, o texto terá de ser confirmado em votação do Congresso Nacional, mas o Parlamento deve entrar em recesso a partir da sexta-feira (18). [Fonte:](#) Agência Senado

Senado e Câmara pedem anulação de decretos que elevaram IOF. As Advocacias do Senado e da Câmara dos Deputados pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheça como legítima a decisão do Congresso Nacional que suspendeu decretos presidenciais que aumentaram o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 2025. Para as duas Casas, os atos do Executivo feriram a Constituição por utilizarem um imposto que tem finalidade regulatória para ampliar a arrecadação de recursos, o que configuraria desvio de finalidade. [Fonte:](#) Agência Senado

Economia

Após março e abril fortes, prévia do PIB em maio soma 3,4% de crescimento no ano. O Banco Central divulgou na segunda (14/7) o índice IBc-Br de junho, que capta as tendências da economia brasileira até o mês anterior, maio. O IBc-Br é considerado uma prévia do PIB, cuja medida oficial é de responsabilidade do IBGE. Segundo o BC, a economia em maio decresceu 0,7% na comparação com abril. Mas, sustentada sobretudo pelos resultados prévios de março e abril (113,6 e 11,9, respectivamente), o ritmo da economia brasileira acumula 3,4% de crescimento nos cinco primeiros meses de 2025 e 1,7% no trimestre móvel março-maio. O agro, no acumulado do ano, registra 2% positivos no trimestre, seguido pela indústria, que soma 1,5% no mesmo período. [Fonte:](#) Agência Brasil

Rui Costa diz que decreto da Lei da Reciprocidade será publicado nesta terça e não faz citação a países. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o decreto que regulamenta a Lei de Reciprocidade Econômica está pronto, será assinado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deve ser publicado nesta terça-feira (15) no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com ele, o decreto não faz citação a países especificamente. "O decreto não cita países. A lei autoriza o Executivo a adotar medidas de proteção do país quando medidas extemporâneas e extraordinárias forem adotadas de forma unilateral por outros países", disse Rui a jornalistas na tarde desta segunda-feira (14) no Palácio do Planalto. "[O decreto] Fala apenas em regulamentar o que a lei prevê", completou. Aprovada em abril, com apoio do governo federal e da oposição em meio ao primeiro tarifaço promovido por Trump, a Lei de Reciprocidade facilita a aplicação de tarifas sobre exportações realizadas por outros países para o Brasil e a suspensão de concessões comerciais. O texto também já foi sancionado por Lula, mas alguns pontos ainda estão pendentes de regulamentação. [Fonte:](#) Valor Econômico

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na terça-feira (15), o Supremo Tribunal Federal promoverá audiência de conciliação entre o governo e o Congresso Nacional sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A medida está suspensa por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, que também invalidou, de forma provisória, o decreto legislativo que havia derrubado o ato presidencial. Após o encontro, o plenário da Corte deverá avaliar a manutenção ou revogação da liminar. O governo federal sustenta que o ajuste nas alíquotas visou corrigir distorções nos mercados de crédito e câmbio, dentro das competências do Executivo. Já o Congresso Nacional alega desvio de finalidade, afirmando que o real objetivo do aumento foi ampliar a arrecadação, o que configuraria inconstitucionalidade. O STF deverá decidir se houve ou não abuso de poder regulamentar e se o ato do Legislativo é válido para sustar o decreto presidencial. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Último Foco

Supercomputadores brasileiros turbinados com chips da Nvidia vão pesquisar IA. A tecnologia da gigante de chips Nvidia, primeira empresa do mundo a atingir US\$ 4 trilhões em valor de mercado, está por trás de um dos supercomputadores para aplicações de inteligência artificial (IA) mais potentes da América Latina, que fica no Brasil. Eles operam com os processadores Blackwell B200, considerados os mais

avançados da empresa americana para rodar a IA. Lançado no ano passado, o “superchip” que se tornou o carro-chefe da Nvidia e seu principal vetor de valorização, vai entrar em ação em oito supercomputadores do Centro de Excelência em IA da Universidade Federal de Goiás (Ceia-UFG), em Goiânia. A entrega integral das máquinas ocorrerá até o fim do mês, com parte da infraestrutura instalada no data center do governo estadual. [Fonte](#): O Globo

NICE e AWS unem IA e orquestração inteligente para otimizar processos e reduzir custos em ambientes corporativos. A NiCE anunciou uma nova fase de colaboração estratégica com a Amazon Web Services (AWS) para acelerar a automação inteligente em operações empresariais, utilizando inteligência artificial e orquestração de fluxos de trabalho. A parceria integra a plataforma CXone Mpower da NiCE com serviços da AWS como Amazon Bedrock, Amazon Q Index, Amazon SageMaker e a família de modelos Amazon Nova, visando aprimorar processos em front, middle e back office. A combinação das soluções permite o desenvolvimento e implantação de agentes inteligentes capazes de atuar com base em dados atualizados, políticas e histórico de atendimento, sem necessidade de programação manual. O Amazon SageMaker contribui para o treinamento contínuo desses agentes, utilizando dados operacionais e padrões de desempenho para aprimorar a execução das tarefas automatizadas. [Fonte](#): TI Inside

Comissão aprova penas maiores para crimes contra a honra cometidos com uso de IA. A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou projeto que altera o Código Penal para dobrar a pena dos crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) cometidos com uso de inteligência artificial (IA). O crime de calúnia consiste em imputar falsamente a alguém a prática de um ato criminoso (a pena é de detenção de seis meses a dois anos e multa). Já a difamação ocorre quando se atribui a alguém fato que ofende a sua reputação (detenção de três meses a um ano, e multa). Por sua vez, a injúria constitui em agravo verbal, por escrito ou físico, à dignidade e ao decoro (detenção de um a seis meses ou multa). [Fonte](#): Agência Câmara

Brics vão defender pagamento de direitos autorais por conteúdo usado em IA. Os países do Brics vão defender pagamento de direitos autorais por conteúdo usado no treinamento de modelos de Inteligência Artificial. Na declaração dos líderes do grupo sobre o tema, a ser divulgada durante a cúpula dos Brics no Rio, o bloco irá propor uma governança de IA que proteja os direitos de propriedade intelectual (copyright) e os mecanismos de remuneração justa, segundo apurou a Folha. O tema é sensível e está no centro da queda de braço entre as big techs, de um lado, e autores e veículos de imprensa, de outro. Empresas como Google e OpenAI se opõem à exigência de pagamento de direitos autorais quando usam conteúdo jornalístico ou literário para treinar seus modelos de IA generativa. As empresas argumentam que se trata de “fair use”, conceito legal americano que autoriza o uso de conteúdo sem remunerar o autor em determinados casos, como para fins educacionais, quando não usam a íntegra do conteúdo nem trechos literais muito extensos e se não prejudicam os autores em sua viabilidade econômica. [Fonte](#): Folha de S. Paulo

Auditoria aponta falhas na aplicação da LGPD por organizações federais. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que quase um terço das organizações federais ainda não implementou medidas básicas para cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A fiscalização avaliou as providências de adequação de 387 órgãos e entidades federais a essa lei, indicando aperfeiçoamentos que precisam ser feitos. Sob relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, o [TC 009.980/2024-5](#) revelou o descumprimento de dispositivos da LGPD por grande parte das organizações auditadas. No acórdão, foram feitas recomendações para melhorias. O ministro adotou integralmente o relatório produzido pela unidade técnica do Tribunal. Durante a fiscalização, as entidades e órgãos avaliados responderam a questionários, que trouxeram quatro aspectos de aplicação da LGPD para avaliação: preparação, contexto organizacional, liderança e capacitação. [Fonte](#): ASCOM TCU

Meta vai investir centenas de bilhões de dólares em superinteligência, diz Zuckerberg. Mark Zuckerberg disse na segunda-feira que a Meta gastará centenas de bilhões de dólares em poder de computação para desenvolver uma superinteligência, intensificando seus esforços em uma tecnologia que tem perseguido por meio de uma disputa pelos melhores engenheiros de inteligência artificial. O anúncio ocorre em um momento em que gigantes da tecnologia como a Meta estão agressivamente atrás de aquisições de destaque e oferecendo pacotes salariais multimilionários para atrair os melhores talentos na corrida para liderar a próxima onda da inteligência artificial. [Fonte:](#) Tilt Uol